

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

ATA 24/ 99 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

1
2
3
4 Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 1999, reuniu-se extraordinariamente às
5 19 horas e vinte minutos, no auditório da SMS/2º andar, a plenária do CMS/POA para
6 deliberar sobre a seguinte pauta: **a) Leitura e aprovação da ata nº 23/99 b) Projeto de**
7 **Readequação física e tecnológica da Rede-Ampliação da UTI Neonatal do Hospital**
8 **Fêmeina c) Nova proposta de aplicação dos recursos da Municipalização Solidária**
9 **da Saúde d) Assuntos gerais:** Estiveram presentes os seguintes **Conselheiros:**
10 Roberto Heinzemann, Giovana Roehe Monteiro, Ione Terezinha Nichele, Maria Alice Pilla
11 Calvete, Maria Ivone Dill; Lâmia Abouzahr, Neusa Heinzemann, Avelino Ramos
12 Rodrigues, Maria Josefina Crespo, Tânia Merck (falta justificativa), Antônio da Silva,
13 Palmira Marques da Fontoura, Roger dos Santos Rosa, Deoclides de Almeida, Juracy
14 Castro Correia, Onofre da Silveira Felício, Márcia Hentschke, Jorge Abib Cury, Irineu
15 Grinberg, Erani Prado, Clélia Machado, Raquel Carvalho Rodrigues, Lenise Hetzel, Mauro
16 Fernando Schmidt (falta justificada) e Luciane Darolt da Silva Massing. **Não**
17 **Conselheiros: Estudante:** Antônio Gelci da Silva Jr. **Hospital Fêmeina:** Cláudio Ribeiro
18 **SMS:** Miria de Moraes Patines/GD2, Maria Eliete de Almeida/U.S. Santa Marta, Marcelo
19 Bósio/ CVS, Maria da Glória Sirena/ ASSEPLA, **Núcleo de Coordenação:** Joel Soares e
20 Humberto José Scorza. **Secretaria Executiva/CMS:** Silvia Martins e Jane Pilar. O
21 Coordenador Humberto inicia a reunião propondo que os presentes se apresentem. **a)**
22 **Leitura e aprovação da ata nº 23/99.** Logo após a apresentação a Conselheira Ione faz
23 a leitura da Ata nº 23, que após algumas correções, foi aprovada com vinte e dois votos a
24 favor e três abstenções. **b) Projeto de Readequação física e tecnológica da Rede-**
25 **Ampliação da UTI Neonatal do Hospital Fêmeina** Dr. Cláudio Ribeiro/chefe da divisão
26 técnica do Hospital Fêmeina, expõe quais são as atividades desenvolvidas pelo hospital,
27 destaca que o Ministério da Saúde classificou a UTI Neonatal do hospital em nível III que
28 é considerada a de mais alta complexidade. Hoje o hospital conta com 30 leitos de UTI,
29 mas este projeto possibilitará a ampliação para mais 40 leitos, totalizando 70 leitos. Dr.
30 Cláudio informa que recursos humanos e área física já existem disponíveis, sendo
31 necessário somente readequação e aquisição de novos equipamentos. Fala que os
32 recursos para obras e equipamentos somam R\$ 574.000,00. Em seguida os Conselheiros
33 Joel, Irineu, Lenise, Antônio, Luciane questionam alguns aspectos do projeto tais como:
34 se haverá aumento de leitos de UTI?; Se este nº de leitos de UTI apresentado supre a
35 demanda da região metropolitana? Quais os critérios utilizados para definir o nível de
36 complexidade de uma UTI?, Qual o ganho de peso das crianças que permanecem na
37 UTI? Qual a taxa de ocupação pelo Sus?. Dr. Cláudio responde que o nº de leitos de UTI
38 será ampliado para mais 40. Complementa informando que atualmente 15% dos partos
39 realizados, geram internações em UTI e o tempo de permanência é de 10 dias no leito.
40 Acrescenta que o Hospital Conceição realiza em média 28 partos/dia e o Hospital Fêmeina
41 26 partos/dia. Responde também que o Município de Cachoeirinha ou Alvorada abriram
42 leitos de UTI para atender em parte a demanda. Informa que a instalação e equipamentos
43 de um leito de UTI, sai em torno de R\$ 60 mil. Os critérios estabelecidos pelo Ministério
44 da Saúde para a definição do nível de complexidade de uma UTI Neonatal, compreendem
45 recursos humanos adequados, área física de 80 centímetros entre um leito e outro, e
46 acesso a recursos como exames complementares, mas admite que esta não é a sua
47 área. Destaca que com o avanço tecnológico, crianças com baixo peso hoje sobrevivem
48 com muito mais frequência. Faz referência ao projeto “mãe-canguru” que o hospital está
49 desenvolvendo há seis meses, que consiste na mãe ficar com a criança junto ao corpo,
50 isto reforça o laço afetivo e possibilita uma estabilidade da temperatura, aumentando a
51 chance de sobrevivência da criança. Informa que o custo mensal de leito de UTI fica em torno
52 de R\$ 150 a 180 mil. O Hospital Fêmeina por ser uma empresa pública reinveste, porque
53 não objetiva lucro. Responde que o atendimento SUS corresponde a 98%. Faz algumas
54 considerações sobre a situação atual do Hospital e os resultados esperados, Porto Alegre

55 conta com 155 leitos de UTI Neonatal/ SUS. A Região Metropolitana tem um coeficiente
56 de mortalidade Neonatal de 8,36% e mortalidade infantil de 16,17% que contribui com
57 mais de 50% dos óbitos em menores de um ano em Porto Alegre. O projeto amplia em
58 25% a oferta de leitos de UTI Neonatal na Região de Porto Alegre. Oportunizando o
59 atendimento mensal de mais 1.800 pacientes/dia, reduzindo a demanda reprimida,
60 aumentando em 134% na capacidade atual da UTI Neonatal. Após a exposição e
61 questionamento, o projeto foi aprovado por unanimidade pelos Conselheiros presentes.
62 Dr. Cláudio solicita o envio desta deliberação, porque precisa apresentar à Comissão
63 Intergestores Bipartite. **c) Nova proposta de ampliação dos recursos da**
64 **Municipalização Solidária da Saúde:** Coordenador Humberto informa que em 15/7 a
65 Secretaria Municipal de Saúde enviou ao Conselho a proposta de aplicar os recursos
66 financeiros da Municipalização Solidária em despesa de pessoal. Os recursos encontram-
67 se depositados e junto com os rendimentos financeiros somam, atualmente, um valor de
68 R\$ 2.067.166,62. Em virtude de algumas nomeações ainda não terem acontecimento a
69 SMS solicita, que o Conselho avalie a nova proposta de plano de aplicação, devido a
70 necessidade de medicamentos na rede. Esta solicitação encontra-se no ofício nº 1.387/99
71 do Gabinete do Secretário, lido pela Silvia (em anexo). A seguir Dr^a Maria da Glória da
72 ASSEPLA/SMS, faz alguns esclarecimentos, informando que no plano de aplicação
73 consta os projetos/atividades, a natureza das despesas e previsão de execução. A
74 proposta da SMS é gastar em material de consumo essencialmente em medicamentos e
75 material de enfermagem. Esclarece que a Secretaria contemplará o que for possível
76 executar em despesa de pessoal. Coordenador Humberto informa que pelos critérios
77 aprovados no Conselho Estadual de Saúde, os Conselhos Municipais tem autonomia para
78 definir onde gastar os recursos recebidos. Critica o gestor municipal de ter demorado para
79 trazer a nova proposta; sendo que está faltando medicamentos na rede. Conselheiros:
80 Giovana, Avelino, Irineu, Maria Alice, Antônio e Clélia fazem os seguintes
81 questionamentos: se a compra de medicamentos obedece os critérios de licitação, isso
82 não ocasionará demora? Qual o gasto com as cartas-contrato? Por quanto tempo esta
83 compra de medicamentos irá suprir a rede? Se para cada repasse há necessidade de
84 apresentar novo plano? Em que o recurso pode ser aplicado? Quando irão acontecer as
85 nomeações?. Dr^a Maria da Glória responde que o recurso está depositado no Fundo
86 Municipal de Saúde, e para as nomeações já existe previsão orçamentária. A proposta
87 inicial da Secretaria de gastar este recurso em despesa de pessoal foi aprovada no
88 Conselho, por isso que é necessário que o novo plano de aplicação seja aprovado neste
89 colegiado. A compra de medicamentos irá suprir um trimestre de consumo. Quanto as
90 nomeações são para substituir as cartas-contrato, mas obedece um trâmite legal, isso faz
91 com que haja demora até o servidor assumir. Conselheira Neusa esclarece que o projeto
92 foi votado pela Câmara em agosto e dentro do executivo também demorou. Conselheiro
93 Deoclides informa que no CLS6 foi discutido que os medicamentos para os postos do
94 Murialdo e Hospital São Pedro, deveriam ser adquiridos através de parceria entre os
95 gestores. No início de 1999 o Município abasteceu os postos do Murialdo que estavam
96 com falta de medicamentos. Conselheiro Onofre pede que repita qual é o valor para ser
97 gasto. Conselheira Giovana propõe que para o próximo plano, o Conselho participe de
98 uma forma mais efetiva na definição de prioridade. Coordenador Humberto esclarece que
99 os medicamentos a serem comprados é a Secretaria que define. Informa que a Secretaria
100 Estadual de Saúde distribuiu neste ano os recursos baseados no critério populacional,
101 mas para o ano 2000 serão incluídos mais critérios aprovados pelo CES. Dr^a Maria da
102 Glória esclarece que os recursos somam R\$ 2.067.166,62. Afirma que o município vai
103 honrar o compromisso de repassar medicamentos às Unidades do Murialdo e Hospital
104 São Pedro. Conselheiro Deoclides propõe que quando for necessário aprovar recursos
105 para um projeto, o Conselho deverá ter um mecanismo de convocar os Conselheiros em
106 regime de urgência. A plenária, considerando o exposto acima e as necessidades atuais
107 de medicamentos, aprova com vinte e um votos a favor e duas abstenções o novo plano
108 de aplicação dos recursos da Municipalização Solidária. **d) Assuntos Gerais:**

109 CLS6:Conselheiro Deoclides informa que levou ao conhecimento do CES a demanda da
110 região de transformar o Hospital Sanatório Partenon em Hospital Geral. Conselheira Maria
111 Alice considera que não houve respeito a hierarquia neste encaminhamento. Os
112 presentes discutiram intensamente a questão. Foi necessário resgatar a ata anterior,
113 onde constava que o Conselho Municipal de Saúde tratará desta pauta trazida pelo
114 Conselheiro Deoclides, no dia 02/03. III Conferência Municipal de Saúde : Jane informa
115 que nas Quartas-feiras à tarde está se reunindo um grupo de trabalho, que irá constituir o
116 comitê organizador da III Conferência, estão discutindo a proposta de regulamento e a
117 forma de operacionalizar as Pré-Conferências. Eleição do Núcleo: Silvia informa que para
118 eleição do Núcleo de Coordenação, estavam aptos a votar cinquenta e dois conselheiros.
119 A Comissão eleitoral apurou trinta e nove votos, sendo trinta e oito válidos e um em
120 branco. A chapa única composta por: Coordenador: Humberto José Scorza (trabalhador
121 de Saúde /CLS4), suplente: Avelino Ramos Rodrigues (trabalhador de Saúde/ASSMS),
122 Vice: Ione T. Nichele (usuária/CLS5), suplente: Juracy Castro Correia (usuária/CLS8),
123 Coordenadores adjuntos: Lúcio Borges Barcelos (Governo/SMS) Suplente: Márcia
124 Hentschke(governo/SMS) Irineu Grinberg (prestador/SIDILAC), suplente: Roger dos
125 Santos Rosa (prestador/Hospitais Universitários), Maria Josefina Costa Crespo (Usuária
126 /Centro dos hemofílicos), suplente: Joel Soares (Usuário/CLS4), Maria Ivone Dill
127 (Usuária/CLS7), suplente :Palmira M. Fontoura (Usuária/CLS1) foi eleita para o mandato
128 de dois anos, a posse será dia 06/01. Pauta da próxima reunião: Projeto Porto Saúde
129 2000, Central de regulação de internações. A reunião encerrou-se às 21h.

130

131

132

133

Humberto José Scorza
Coordenador do CMS/POA

Jane Pilar
Secretaria Executiva